

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 255EC-046-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, **19** de maio de **2025**

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	986	20
Contrato futuro de compra e venda de energia	9	-	2.386
Total do ativo circulante		986	2.406
Ativo não circulante			
Mútuo com partes relacionadas	12	1.092	721
Contrato futuro de compra e venda de energia	9	-	10.340
Total do ativo não circulante		1.092	11.061
Total do ativo		2.078	13.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	5	154	59
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6	8	15
Outras obrigações	-	-	338
Total do passivo circulante		162	412
Passivo não circulante			
Mútuo com partes relacionadas	12	1.398	-
Outras obrigações	-	-	386
Total do passivo não circulante		1.398	386
Patrimônio líquido			
Capital social	7.1	5.545	14.763
Prejuízos acumulados	-	(5.027)	(2.094)
Total do patrimônio líquido		518	12.669
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.078	13.467

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Custos da operação	8	(160)	-
Valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia	9	(3.507)	(9)
Resultado bruto		(3.667)	(9)
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	8	(24)	(102)
Outras receitas	8	724	-
Total das receitas (despesas) operacionais		700	(102)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro			
		(2.967)	(111)
Receitas financeiras	10	108	7
Despesas financeiras	10	(64)	(6)
Resultado financeiro		44	1
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			
		(2.923)	(110)
Imposto de renda e contribuição social	11	(10)	(2)
Total do imposto de renda e contribuição social		(10)	(2)
Prejuízo do exercício		(2.933)	(112)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(2.933)	(112)
Resultado abrangente total do exercício	(2.933)	(112)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		1.000	-	(1.982)	(982)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(112)	(112)
Aumento de capital social	-	13.763	-	-	13.763
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)		14.763	-	(2.094)	12.669
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.933)	(2.933)
Redução de capital social	7.1	(9.218)	-	-	(9.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.545	(-	(5.027)	518

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.923)	(110)
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Movimento do valor justo dos contratos futuros de compra e venda de energia	9	3.507	9
Outros	-	1	358
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	5	95	49
Impostos a recolher	-	(17)	13
Contas a pagar	-	-	(1.303)
Outras obrigações	-	(724)	724
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		(61)	(260)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuo com partes relacionadas	-	1.027	279
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		1.027	279
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		966	19
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	20	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	986	20
Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa		966	19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vetra Energia S.A. (anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A.)

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Receita		
Custo de contratos de comercialização de energia futura	(3.507)	(9)
Outras receitas (despesas)	724	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(160)	-
Serviços de terceiros, energia, materiais e outros	(23)	(92)
Valor adicionado bruto	(2.966)	(101)
Valor adicionado líquido produzido	(2.966)	(101)
Valor adicionado recebido em transferência	108	7
Receitas financeiras	108	7
Valor adicionado total a distribuir	(2.858)	(94)
Distribuição do valor adicionado	(2.858)	(94)
Impostos, taxas e contribuições	11	12
Federais	10	2
Estaduais	-	-
Municipais	1	10
Remuneração de capitais de terceiros	64	6
Juros	36	-
Outras	28	6
Remuneração de capitais próprios	(2.933)	(112)
Prejuízos retidos	(2.933)	(112)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Vetra Energia S.A. (“Vetra”, “Companhia”), anteriormente denominada 2W Comercializadora de Energia S.A., sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 10 de março de 2020 de acordo com as leis brasileiras e tem como objeto social a exploração do ramo de **(i)** comercialização atacadista de energia elétrica, **(ii)** a prestação de serviços de consultoria, a intermediação de compra e venda de energia elétrica, tanto no mercado interno, quanto no mercado externo na importação ou exportação, e **(iii)** a participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

A Companhia, tem sede na capital do Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, Edifício EZ Towers, 16º andar, Chácara Santo Antônio (Zona Sul), CEP 04.711-035.

A Administração está atualmente avaliando a viabilidade de atuar no mercado varejista, considerando as oportunidades trazidas pela abertura do setor elétrico e o potencial de diversificação de suas atividades comerciais. A decisão será tomada com base em critérios regulatórios, operacionais e estratégicos, alinhados ao perfil e aos objetivos da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas.

As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Contudo, a fim de complementar as demonstrações financeiras, a demonstração do valor adicionado está apresentada, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de maio de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para os registros de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua.

2.4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9** – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição da categoria dos instrumentos financeiros;
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisões para contingências: riscos das causas judiciais;
- **Nota Explicativa nº 13.1** – Instrumentos financeiros: Categoria do valor justo.

2.4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas contábeis são reavaliadas de forma contínua e alteradas quando há evidência de melhor prática impactando nas mensurações, são reconhecidas de forma prospectiva. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para contingências: estimativa de perdas em processos judiciais.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais estão detalhadas a seguir, e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações.

3.1. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente mensurados ao valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são mensurados com base em cotação de mercado, para os instrumentos com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Classificação e mensuração subsequente

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados quando **(i)** for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** seus termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda e recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxo de caixa que não seja exclusivamente pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio.

iii) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

iv) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: **(i)** o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e **(ii)** as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e bancos, bem como aplicações financeiras de curto prazo altamente líquidas, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao preço da transação e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo, são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Os valores inadimplentes são analisados individualmente, inclusive os valores vencidos abaixo de **91** dias e a vencer destes clientes.

Contratos futuros de energia (compra e venda)

A Companhia possuía um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Companhia possui flexibilidade para gerenciar estes contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Os contratos futuros podem ser liquidados pelo valor líquido a vista ou por outro instrumento financeiro (como exemplo, celebrando com a contraparte contrato de compensação). Esses contratos são caracterizados como instrumentos financeiros, alocados nas empresas comercializadoras com finalidade de trading.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem liquidados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, e são reconhecidos no balanço da Companhia pelo seu valor justo, na data em que os tais contratos são celebrados, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses contratos futuros de energia é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados

observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo.

Assim, as operações de compra e venda de energia futuras devem ser reconhecidas mensalmente pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia.

A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação implícito em cada contrato.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de “*impairment*” para esses instrumentos financeiros.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.3. Fornecedores

Incluem a compra de energia elétrica pela Companhia faturada e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado e são liquidadas no curto prazo, no qual no impacto de juros é imaterial.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.5. Provisões para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável que uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco provável são provisionados e divulgados em notas explicativas.

A avaliação da probabilidade de perda, ou seja, de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação inclui a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. A Administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

3.6. Receita de comercialização de energia

A receita de comercialização de energia é reconhecida com base na energia efetivamente vendida, conforme os preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Companhia comercializa a energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a negociação de preços e condições ocorre livremente entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, sendo reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos, ou seja, a entrega física da energia ao cliente, deduzida dos tributos incidentes.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: **(i)** identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho contratadas (suprimento e fornecimento de energia); **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço às obrigações de desempenho; e **(v)** reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

Neste contexto, a receita é reconhecida mensalmente, pois a obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo e o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios fornecidos pela Companhia. Assim, o valor da contraprestação reflete o valor justo a ser recebido no momento da entrega efetiva da energia.

As operações de trading de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Companhia reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado - diferença entre os preços contratados e os de mercado - das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras (vide Nota Explicativa nº 3.1 Contratos futuros de energia compra e venda).

3.7. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes

3.7.1. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.7.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia é tributada pelo regime do presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

A Companhia é tributada pelo lucro presumido. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável.

3.8. Pronunciamentos novos ou alterados para 2024 e futuros requerimentos**3.8.1. Pronunciamentos aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024**

A partir de 1º de janeiro de 2024 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26/IAS 1: passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 06/IFRS 16: passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior;
- CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7: acordos de financiamento de fornecedores.

3.8.2. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações adiante:

- CPC 02/IAS 21: ausência de conversibilidade (a partir de 1º de janeiro de 2025);
- CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS: classificação e mensuração de instrumentos financeiros (a partir de 1º de janeiro de 2026);
- IFRS 10 e IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição e ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Bancos contas correntes	986	20
Total	986	20

5. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Fornecedores	154	59
Total	154	59
Circulante	154	59

6. Imposto de renda, contribuição social e impostos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Imposto de renda	5	9
Contribuição social	3	6
Total do imposto de renda e contribuição social a recolher	8	15

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$ 5.545, conforme registrado em suas demonstrações financeiras, representando uma diminuição significativa em relação ao valor de R\$ 14.763 registrado na mesma data do exercício anterior, em 31 de dezembro de 2023.

No decorrer do exercício de 2024, a Companhia realizou uma redução no seu capital social no montante de R\$ 9.218.

Essa operação não teve efeito caixa conforme Nota Explicativa nº 14.

A composição do capital social da Companhia está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	2024		2023 (Não auditado)	
	%	Quantidade	%	Quantidade
2W Ecobank S.A.	100,00	5.545	100,00	14.763
Total	100,00	5.545	100,00	14.763

7.1.2. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

7.1.3. Dividendos

Aos acionistas será assegurado o direito ao recebimento de dividendo anual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído da parcela destinada à constituição da reserva legal (5% do lucro líquido), não superior a 20% do capital social.

8. Informação sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Custos operacionais	(160)	-
Serviços de terceiros	(22)	(92)
Viagens	(1)	-
Taxas e contribuições	(1)	(10)
Outras receitas (i)	724	-
Total	540	(102)
Classificados como		
Custos operacionais	(160)	-
Gerais e administrativas	(24)	(102)
Outras receitas (i)	724	-
Total	540	(102)

(i) Refere-se à baixa do saldo de outras obrigações de 2023.

9. Contratos futuros de compra e venda de energia

Em 2023 a Companhia adquiriu da sua controladora direta contratos de compra e venda de energia com participantes do mercado (geradores, consumidores e comercializadores) para suprimento futuro, contabilizados nas demonstrações financeiras como “Contratos futuros de compra e venda de energia”, sendo oriundos das atividades de comercialização e trading.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (valores expressos em milhares de reais)

O valor justo dos contratos e dos instrumentos foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação, que consideram os preços firmados no Ambiente de Contratação Livre (ACL), os preços de referência de energia futura (*forward*) e taxa futura de descontos e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo.

Durante o exercício de 2024, a Companhia baixou esses contratos através da redução de capital.

Os riscos atrelados a esses contratos estão ligados à variação do preço de energia e o cenário utilizado na contabilização da marcação a mercado considera os preços atuais das negociações.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme a seguir demonstrado.

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Balanço patrimonial		
Ativo		
Circulante	-	2.386
Não circulante	-	10.340
Total	-	12.726

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Demonstração do resultado		
Valor justo na compra e venda de energia	(3.507)	(9)
Total	(3.507)	(9)

10. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Juros com partes relacionadas	108	7
Total das receitas financeiras	108	7
Despesas financeiras		
Comissão de fiança	(25)	-
Juros com partes relacionadas	(36)	-
Multa e juros de mora	(3)	(6)
Total das despesas financeiras	(64)	(6)
Resultado financeiro	44	1

11. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social está a seguir demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Base tributável	30	6
Alíquota nominal	34%	34%
Impostos, de acordo com a alíquota nominal	(10)	(2)
Total	(10)	(2)
Imposto de renda	(7)	(1)
Contribuição social	(3)	(1)

12. Transações com partes relacionadas

Ativo

	Vigência		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
	Taxa	Prazo		
Mútuos a receber				
2W Ecobank S.A.	CDI + 0,25% a.m.	05 anos	1.092	721
Total dos mútuos a receber			1.092	721

Passivo

	Vigência		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
	Taxa	Prazo		
Mútuos a pagar				
2W Varejista	CDI + 0,25% a.m.	05 anos	1.398	-
Total dos mútuos a pagar			1.398	-

12.1. Remuneração dos administradores

A administração da Companhia é formada por uma Diretoria Executiva composta por 02 diretores e um Conselho de Administração composto por 03 conselheiros, sendo que esses administradores não fazem jus a qualquer remuneração por parte da Companhia. Conforme previsto no Acordo de Acionistas da Companhia, esses administradores são pagos, se for o caso, pelo acionista que os elegeu.

13. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

13.1. Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia do valor justo
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	
Mensurado a valor justo por meio de resultado					
Valor justo na compra e venda de energia - Ativo	-	12.726	-	12.726	Nível 2
Custo amortizado					
Passivos financeiros					
Fornecedores	154	59	154	59	N.A.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Valor justo na compra e venda de energia** - O valor justo dos contratos de compra e venda de energia da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado, curva consensual de mercado marcada pela DCIDE. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato.

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados de mercado.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, sejam eles de mercado ou crédito, para depurar e precificar seus negócios e carteira.

b) Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro apurados a valor presente pelo desconto das taxas $DI \times IPCA$, $DI \times IGPM$ e $DI \times Pr\acute{e}$.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Valor justo de compra e venda de energia (ativo)	-	12.726
Valor justo de compra e venda de energia (passivo)	-	-

Para os contratos de compra e venda de energia, o valor justo foi estipulado utilizando os preços definidos DCIDE, que representavam a melhor estimativa do preço do mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno da taxa livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação implícito a cada contrato.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia busca manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Companhia através do planejamento de caixa tem visibilidade antecipada referente a recebimentos e pagamentos diários, mensal e anual (futuros) garantindo tempo suficiente para ação em caso de descasamentos. Além disso, a empresa mantém relacionamentos bancários tentando manter linhas de créditos disponíveis para casos de desfalque de caixa.

d) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se ao risco de a Companhia incorrer em prejuízos financeiros decorrentes da inadimplência de uma contraparte em relação às suas obrigações contratuais. A Companhia adota uma política de gerenciamento de crédito que visa minimizar as possíveis perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia administra o risco de crédito dos depósitos em instituições financeiras, sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias com baixo risco de crédito.

14. Transações não caixa

A Companhia apresenta a conciliação de movimentação patrimonial, incluindo mudanças decorrentes de fluxo de caixa e mudanças que não impactam caixa.

	Notas	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Movimentos que não impactam fluxo de caixa			
Contrato futuro de compra e venda de energia	11	(9.218)	-
Redução de capital social	8.1	9.218	-
Total		-	-

15. Provisões para contingências

A Companhia não possui contingências cuja possibilidade de perda foi avaliada como risco provável. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

16. Eventos subsequentes**16.1 Pedido de recuperação judicial da Controladora direta 2W Ecobank S.A.**

A 2W Ecobank S.A. ("Controladora"), protocolou pedido de recuperação judicial, ajuizado na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, na data de 23 de abril de 2025.

O pedido de recuperação judicial tem como objetivo assegurar a proteção do fluxo de caixa da Companhia, preservar suas atividades operacionais e garantir a continuidade de seus negócios, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências).

A Companhia informa que está acompanhando de perto o andamento do processo, que se encontra sob análise do administrador judicial. Todas as etapas estão sendo conduzidas com transparência e em conformidade com os trâmites legais aplicáveis.

16.2 Alteração da razão social

Em 24 de abril de 2025, a Companhia alterou sua razão social de 2W Comercializadora de Energia S.A. para Vetra Energia S.A.

* * *